**PROCESSO LICITATÓRIO Nº**

**MODALIDADE: n.**

1. **PREÂMBULO**

**1.1** O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, situada à Avenida Tancredo Neves, 337, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade , do tipo o qual será processado e julgado em consonância com a Lei 8.666/93 e suas atualizações.

**1.2** Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta fica determinado o dia 11/01/2019, até as min, o qual deverá ser entregue na Sala de Licitações e Compras.

**1.3** O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 08h00min, no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

**2. OBJETO**

**2.1** LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR, COM NO MÍNIMO 70M², RAMPA DE ACESSIBILIDADE E BANHEIRO SOCIAL, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, NO MÁXIMO 500 METROS DA SEDE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, LOCALIZADO NA AV. TANCREDO NEVES – S/N, CENTRO – STA. TEREZ. PROG. SC

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Quantidade** | **Unid.** | **Marca** | **Descrição** | **Preço Unit. Máximo** | **Preço Total** |
| 1 | 12,00  | MES |  | LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR, COM NO MÍNIMO 70M², RAMPA DE ACESSIBILIDADE E BANHEIRO SOCIAL, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, NO MÁXIMO 500 METROS DA SEDE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, LOCALIZADO NA AV. TANCREDO NEVES – S/N, CENTRO – STA. TEREZ. PROG. SC | 928.00  | 11.136,00 |
| Total | 11136,00  |

**3. DA HABILITAÇÃO**

**3.1** Poderão apresentar-se à licitação pessoas físicas e jurídicas inscritas ou não no Cadastro de Fornecedores, desde que manifestem interesse em habilitar-se até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. Para participarem da presente Tomada de Preços, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado os documentos relativos à HABILITAÇÃO. O envelope deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

**À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO.**

**ENVELOPE N.º 001 - HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO n.**

**MODALIDADE:**

**NOME DO PROPONENTE:**

**3.2** No envelope n. 1 (HABILITAÇÃO), sob pena de inabilitação, deverão conter os seguintes documentos:

**3.2.1 PESSOA JURÍDICA**

 3.2.1.1 Prova de inscrição, em vigor, no Cadastro de Fornecedores do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC;

 3.2.1.2 Ato Constitutivo da Pessoa Jurídica (Contrato Social);

3.2.1.3 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas

Jurídicas (CNPJ);

 3.2.1.4 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF).

**3.3 PESSOA FÍSICA**

3.3.1 Prova de inscrição, em vigor, no Cadastro de Fornecedores do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC;

3.3.2 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF).

3.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos e contribuições federais);

 3.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

 3.3.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio;

**3.4 HABILITAÇÃO FISCAL**

 3.4.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos e contribuições federais);

3.4.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

 3.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio;

 3.4.4 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

 3.4.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**3.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

 3.2.3.1 Prova de Propriedade do Imóvel a ser locado.

 3.2.3.2 Prova de localização do Imóvel no perímetro urbano da cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC.

**3.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

 3.2.4.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pela Comarca sede do proponente, expedida há menos de 60 (sessenta) dias da data de julgamento deste edital;

**3.7 DECLARAÇÃO**

 3.2.5.1 Declaração da proponente, sob as penas da lei, que atende ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Os documentos não poderão conter emendas, rasuras ou ressalvas.

**4. DA PROPOSTA**

**4.1** A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado, devendo conter na parte externa os seguintes dizeres:

**À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO.**

**ENVELOPE N. 2 - PROPOSTA**

**PROCESSO LICITATÓRIO n.**

**MODALIDADE:**

**NOME DO PROPONENTE:**

**4.2** A proposta deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa em papel ofício, redigida em português de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo representante legal e rubricada nas demais folhas;

**4.3** A proposta deverá conter o preço ofertado, em moeda corrente nacional, deverá conter os preços unitários e totais e deverá ser entregue no prazo fixado nesta licitação;

**4.4** A proposta deverá ter validade não inferior a sessenta dias, contados a partir da data de abertura dos envelopes;

**4.5** Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes poderão fazer uso de até duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos;

**4.6** A proposta deverá ser apresentada com a descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido.

**4.7** Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o unitário.

**4.8** A proposta deverá conter local, data, assinatura e identificação do signatário.

**5. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO**

**5.1** A presente Tomada de Preços será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43, da Lei 8.666/93, atualizada, e será efetuado em duas fases distintas, a saber:

**5.1.1 DA HABILITAÇÃO:** No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem ao ato, a comissão iniciará os trabalhos abrindo os envelopes de habilitação, os quais serão examinados e rubricados por todos os membros da Comissão de Licitações, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos. A Comissão de Licitações analisará a documentação, definindo as habilitações e as inabilitações, abrindo prazo recursal, conforme o artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada. Serão inabilitadas as pessoas físicas e empresas cuja documentação não satisfazer às exigências deste edital. Contudo, se todos os proponentes estiverem presentes ou através de pessoas legalmente habilitada a representá-los, havendo interesse, podem desistir do direito de recurso referente a esta fase, conforme os incisos II e III, do artigo 43 da mesma Lei, o que se caracterizará por constar na ata a respectiva opção, bem como, sendo subscrita esta pelos participantes. A Comissão poderá suspender a reunião para melhor análise dos documentos, se assim julgar conveniente, e marcar nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

**5.1.2 DA PROPOSTA:** Somente serão abertos os envelopes das propostas das pessoas físicas/empresas habilitadas, após o prazo recursal ou desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos. A Comissão abrirá os envelopes de proposta das proponentes habilitadas, exclusivamente, procedendo ao respectivo julgamento, de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste edital. Os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da comissão e pelos representantes dos proponentes participantes. Para efeito de julgamento da proposta será observado o menor preço, de acordo com o edital e não serão consideradas vantagens não previstas nesta licitação, nem ofertas de redução sobre propostas concorrentes. O inabilitado receberá de volta seu envelope-proposta intacto, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

**5.2** Critérios de julgamento

5.2.1 Desclassificação

 5.2.1.1 Serão desclassificadas as propostas que:

1. Não obedecerem as condições estabelecidas no edital e que forem superiores aos valores orçados pela Administração;

b) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, de acordo com o estabelecido no § 1º, do artigo 48, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

5.2.2 Classificação

5.2.2.1 As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitações, que fará a classificação por item, levando-se em conta exclusivamente o menor preço;

 A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;

1. No caso de empate, será assegurada preferência por bens produzidos por empresas brasileiras;
2. Persistindo o empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio a ser realizado em ato público, com a presença dos proponentes.

**6. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**6.1** Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666/93 e suas atualizações. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**7. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

**7.1** Os recursos financeiros serão próprios. Desp.: 5 – Complemento elemento: 3.3.90.36.15.00.00.00.

**8. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

**8.1** A contratada obriga-se a fornecer o OBJETO, conforme especificado no item 2.1.

**8.2** A contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto;

**8.3** A contratada obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do contrato por não cumprimento do mesmo;

**8.4** A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei 8666/93, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854/99.

**9. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**9.1** A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos artigos 58, inciso II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei n. 8666/93, atualizada.

**10. DO PRAZO E CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**10.1** O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual de 02 dias úteis, a partir do comunicado expedido pela Administração, conforme minuta identificada como Anexo I a este edital, fazendo parte deste para todos os fins e efeitos.

**10.2** Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 05 dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito, aceita por esta municipalidade, caducará o direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente edital.

**10.3** Nos termos do § 2.º do artigo 64 da Lei 8.666/93 poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo artigo 81 da legislação citada.

**11. DO LOCAL E DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**11.1** A contratação iniciará em 10 de janeiro de 2019, até 31/12/2019, podendo haver prorrogações contratuais conforme o estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8666/93.

**12. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1** A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal n. 8666/93, atualizada.

**13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

**13.1** O pagamento da locação da sala comercial será MENSAL e efetuado até o 10º útil do mês seguinte.

**13.2** Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8666/93, atualizada.

**14. DAS PENALIDADES**

**14.1** A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

* Advertência;
* Multa de 2% sobre o valor da proposta;
* Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até 02 anos;
* Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;
* Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao contratado.

**14.2** Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

**15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**15.1** Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Santa Terezinha do Progresso, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão poderá fazer consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

**15.2** Não serão admitidas a esta licitação pessoas físicas ou empresas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

**15.3** Não haverá pagamentos antecipados.

**15.4** As empresas podem ser representadas, no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresente o instrumento procuratório com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

**15.5** Não poderão ser adicionadas despesas não previstas nesta licitação.

**15.6** A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49, da Lei n. 8666/93, atualizada.

**15.7** Onde estes editais forem omisso, prevalecerão os termos da Lei n. 8666/93, atualizada.

**15.8** As propostas serão aceitas até a data e hora constantes no presente edital de licitação, sendo que em hipótese alguma serão aceitas após esta data e hora, independente de terem sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio anteriormente à data da abertura desta licitação.

**15.9** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente edital.

**15.10** Fazem parte integrante deste edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta do Contrato.

Anexo II – Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da CF.

**16. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

**16.1** Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Setor de Administração, no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, com **Elenice Porsch**, até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

Santa Terezinha do Progresso – SC, em .

###

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DERLI FURTADO

**ANEXO I**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO ADMNISTRATIVO Nº \_\_\_ / 2019**

O **MUNICIPÍO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu , portador do CPF nº. 219.982.219-20, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ............................., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ............., neste ato representada pelo senhor ..............., doravante denominado **CONTRATADA**, fazem entre si o presente termo de CONTRATO mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – **DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação Nº. 120/2018 TP 17/2018, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DO SETOR DO CONSELHO TUTELAR COM NO MÍNIMO 70M², RAMPA DE ACESSIBILIDADE QUE POSSUA BANHEIRO SOCIAL E LOCALIZADO EM RAIO MAXIMO DE 500 METROS DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, DURANTE O EXERCICIO DE 2019, PODENDO HAVER PRORROGAÇOES CONTRATUAIS CONFORME O ESTABELECIDO NO INCISO II DO ARTIGO 57 DA LEI Nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIDA – DO PRAZO**

A contratação iniciará em 10 de janeiro de 2019, até 31/12/2019, podendo haver prorrogações contratuais conforme o estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Pela execução do objeto ora contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de R$ .............. (...........................) mensal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento e aceite do objeto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** Deverá ser emitida a nota fiscal em nome do **MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.**

**CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS DA PARTE**

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.245/91 - e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Caberá ao **CONTRATANTE** efetuar o pagamento pelo uso do espaço, objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A **CONTRATADA** obriga-se fornecer o espaço, objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo na modalidade de Tomada de Preço nº. .............

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - ACONTRATADA ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor**.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** -**.** A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA

**CLÁUSULA SETIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato será efetuado através do item orçamentário ............., Elemento de despesa ........................ - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica/Física.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

**a)** No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

**b)** No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a **CONTRATADA**, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

**c)** No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas “a” e “b”, multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO -** Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

**CLÁUSULA DECIMA – DA ALTERAÇÃO**

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO**

A contratação iniciará em 10 de janeiro de 2019, até 31/12/2019, podendo haver prorrogações contratuais conforme o estabelecido no inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8666/93 e Lei 8.245/91.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e Lei 8.245/91, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO**

O presente contrato vincula-se à Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº. 17/2018 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FISCAL DO CONTRATO**

O Municipio designara o Servidor ................... como fiscal do contrato a qual acompanhara o andamento e fiscalização dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Campo Erê/SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso/SC, xx de xxxxxx de 20xx.

 **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**MUNICÍPIO DE SANTA T. PROGRESSO**

DERLI FURTADO

**Testemunhas:**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Nome |
| CPF | CPF |

Visto do Jurídico:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF**

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Ref.: **TOMADA DE PREÇOS n.**

A signatária da presente \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_(número do CNPJ/MF), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome completo), portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(número do RG), e do CPF nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_\_ (número do CPF), **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz. ( ) sim ( ) não.

**DECLARO** sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(nome e número da identidade)

*(\*) Observação: em caso afirmativo, assinalar com um “X” a ressalva acima*

**OBS.:** Este formulário deverá ser inserido no envelope n.º 1